



ANEXO I DO EDITAL

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 5/2022 - PRES/DG/SGP/COEDE/SAMES

1. INTRODUÇÃO

Em atendimento ao disposto no art. 3º, inc. I a III, da Lei nº 10.520/2002 e nos inc. I, III, V e § 2º do art. 9º do Decreto nº 5.450/05, Instrução Normativa nº 004/2008 – TRE-RO e da Resolução TSE nº 23.234/2010, elaboramos o presente Termo de Referência para a contratação de empresa especializada no fornecimento e aplicação de vacina contra a gripe para imunização dos colaboradores deste Tribunal, conforme segue:

2. DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para fornecimento e aplicação de 586 doses (estimativa) de vacina contra a gripe **Vacina Influenza Quadrivalente**, conforme especificações e quantidades estimadas constantes do quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UND
01	<p>Vacina anti-influenza, QUADRIVALENTE, conforme regulamentação da Anvisa - RESOLUÇÃO RE Nº 3.903, DE 14 DE OUTUBRO DE 2021.</p> <p>Art. 2º As vacinas influenza trivalentes a serem utilizadas no Brasil a partir de fevereiro de 2022 deverão conter, obrigatoriamente, três tipos de cepas de vírus em combinação e deverão estar dentro das especificações abaixo descritas:</p> <ul style="list-style-type: none">- um vírus similar ao vírus influenza A/Victoria/2570/2019 (H1N1)pdm09;- um vírus similar ao vírus influenza A/Darwin/9/2021 (H3N2)- um vírus similar ao vírus influenza B/Austria/1359417/2021 (linhagem B/Victoria) <p>Parágrafo único. Recomenda-se que os componentes A (H1N1) e A (H3N2) de vacinas não baseadas em ovos para uso na temporada de influenza de 2022 sejam um vírus tipo A/Wisconsin/588/2019 (H1N1)pdm09 e um vírus tipo A/Darwin/6/2021 (H3N2), respectivamente, juntamente com os outros componentes da vacina, conforme indicado acima.</p> <p>Art. 3º As vacinas influenza quadrivalentes contendo dois tipos de cepas do vírus influenza B deverão conter um vírus similar ao vírus influenza B/Phuket/3073/2013 (linhagem B/Yamagata), adicionalmente aos três tipos de cepas especificadas no art. 2º.</p> <p>Ampolas dose única do tipo “seringa preenchida”, na composição preconizada pela OMS (Organização Mundial de Saúde) e o ATO VACINAL.</p>	586(doses estimadas)	Dose única

As doses serão disponibilizadas para o seguinte público lotados na capital e interior do Estado de Rondônia.

- 1.Membros titulares da Corte (ativos e seus substitutos;)
- 2.Juízes Eleitorais;
- 3.Servidores do quadro efetivo.
- 4.Servidores requisitados;



5. Servidores cedidos à Justiça Eleitoral;
6. Pessoal terceirizado para atividades nas dependências da sede TRE-RO e Cartórios Eleitorais;
7. Estagiários;
8. Familiares de membros ativos e **substitutos** da Corte e dos Juízes Eleitorais - (esposa e filhos);
9. Dependentes (inscritos no PAMS) dos servidores do quadro efetivo e cedidos;

Público suplementar: Na ocorrência de vacinas contratadas e não utilizadas pelo público-alvo da campanha, as doses poderão ser utilizadas na seguinte ordem:

I – Familiares - **não** inscritos como dependentes no PAMS - EM COABITAÇÃO com servidores do quadro efetivo;

II - Dependentes dos servidores requisitados;

III - Dependentes (**não** inscritos no PAMS) dos servidores cedidos;

IV - Familiares - **não** incluídos no público-alvo - em coabitação com membros da Corte;

V - Familiares - **não** incluídos no público-alvo - em coabitação com Juízes Eleitorais;

VI – Dependentes do pessoal terceirizado para atividades nas dependências da sede TRE-RO e Cartórios Eleitorais;

VII – Dependentes de estagiários.

Regras de adesão à campanha e da responsabilidade por eventual desistência injustificada: Será realizada pesquisa com o público-alvo da campanha para o levantamento das intenções no recebimento do imunizante.

Realizada a coleta dos dados e a **validação** pelo interessado, esse se compromete a comparecer, juntamente com seus dependentes ou familiares, nos locais informados e datas agendadas para receber as doses de vacinas.

Se por qualquer motivo o titular, seus dependentes ou familiares, não comparecerem ao evento agendado, poderão solicitar ao SAMES, no prazo máximo de dois dias úteis após o último dia da campanha regular, um *voucher* com prazo de **vigência de 5 dias úteis** para utilização das doses de vacinas correspondentes, aplicadas exclusivamente no município de Porto Velho.

Havendo ainda doses de vacinas remanescentes após esse período, a SAMES as destinará ao público suplementar para que sejam aplicadas no **prazo máximo de 5 dias úteis**, exclusivamente no município de Porto Velho.

Justificativa: A SAMES entende que a reabertura do prazo suplementar de 5 dias é mais uma oportunidade de acesso ao imunizante para aqueles interessados que não puderam comparecer na campanha nas datas agendadas.

Caso ainda remanesçam doses de vacina, essas serão destinadas ao público suplementar que em razão da convivência com o grupo prioritário, pode ser agente da propagação do patógeno da gripe.

Por fim, justifica-se a restrição da fase suplementar da campanha ao município de Porto Velho porque mais de 64% do público-alvo reside na Capital. Além disso, a extensão dessa medida às cidades sedes das zonas eleitorais no interior do Estado inviabilizaria a contratação em função da elevação dos custos.

2.1. Especificações das vacinas:

A Vacina Influenza quadrivalente a ser fornecida a este Regional deverá ter as seguintes especificações:

a) possuir cepas de vírus em combinação, as quais deverão estar dentro das especificações abaixo descritas (RESOLUÇÃO RE Nº 3.903, DE 14 DE OUTUBRO DE 2021) a saber:

I. um vírus similar ao vírus influenza A/Victoria/2570/2019 (H1N1)pdm09;

II. - um vírus similar ao vírus influenza A/Darwin/9/2021 (H3N2);

III. um vírus similar ao vírus influenza B/Austria/1359417/2021 (linhagem B/Victoria).

IV. um vírus similar ao vírus influenza B/Phuket/3073/2013 (linhagem B/Yamagata).

b) Recomenda-se que os componentes A (H1N1) e A (H3N2) de vacinas não baseadas em ovos para uso na temporada de influenza de 2022 sejam um vírus tipo A/Wisconsin/588/2019 (H1N1)pdm09 e um vírus tipo A/Darwin/6/2021 (H3N2), respectivamente, juntamente com os outros componentes da vacina, conforme indicado acima.

c) As vacinas influenza chamadas quadrivalentes deverão estar em conformidade com as especificações definidas pelas resoluções RDC 151/2017/ANVISA e RE ANVISA 3076/2019, em seringa de vidro pré-enzada, com agulha padronizada, estéril e descartável, de aplicação individual, na dosagem de 0,5 ml cada uma, incluindo armazenamento, acondicionamento e aplicação por profissional habilitado (nas localidades onde há cartório eleitoral, no interior do estado, e em Porto Velho/RO) nos beneficiários adultos e pediátricos do TRE-RO, em datas e horários pré-definidos.

e) As vacinas deverão apresentar data de fabricação a partir de outubro de 2021, com prazo de validade mínima de 12 meses, a partir da data de fabricação.

f) Os preços por dose de vacina devem incluir todas as despesas acessórias, com conservação, seringa e aplicação na capital e no interior do estado, não acarretando acréscimos ao valor da proposta.

2.2 - Localidades a serem atendidas (com prioridade para a vacinação no interior do Estado):

ITEM	LOCALIDADE/UNIDADE	ENDEREÇO	ESTIMATIVA DE DOSES/localidade
1	1ª Zona Eleitoral – Guajará Mirim	Av. Candido Rondon, nº 784 - Tamandaré.	11
2	Sede TRE –RO – Porto Velho	Av. Presidente Dutra, nº 1889 – Baixa União.	360
3	3ª e 30ª Zonas Eleitorais - Ji-Paraná	Av. Marechal Rondon, nº 1218 - Centro.	08
4	Posto de atendimento Eleitoral – Presidente Médici	Av. Macapá, 1763, Ernandes Gonçalves.	06
5	4ª Zona Eleitoral – Vilhena	Rua 545, nº 495 - Jardim América.	11
6	5ª Zona Eleitoral – Costa Marques	Av. Chianca, nº 1159 - Centro.	04
7	7ª, 25ª e 26ª Zonas Eleitorais – Ariquemes	Rua Aquariquara, nº 3631-Setor Industrial.	25
8	8ª Zona Eleitoral – Colorado do Oeste	Av. Marechal Rondon, nº 4056 - Centro.	11



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

9	9ª Zona Eleitoral – Pimenta Bueno	Av. Castelo Branco, nº 970 - Dos Pioneiros.	15
10	10ª e 27ª Zonas Eleitorais – Jaru	Rua Princesa Isabel, nº 1028 - Setor 2.	18
11	11ª Zona Eleitoral – Cacoal	Rua Anísio Serrão 2004 Centro	12
12	12ª Zona Eleitoral – Espigão do Oeste	Av. Sete de setembro 3071 Centro	2
13	13ª e 28ª Zonas Eleitorais – Ouro Preto do Oeste	Rua Café Filho, nº 83 - Da União.	20
14	15ª e 29ª Zonas Eleitorais – Rolim de Moura	Av. São Luiz, nº 4557 - Centro.	27
15	Posto de atendimento Eleitoral – Nova Brasilândia do Oeste	Av. Treze de Maio, 612-688.	1
16	16ª Zona Eleitoral – Cerejeiras	Av. das Nações, nº 1847 - Centro.	11
17	17ª Zona Eleitoral – Alta Floresta do Oeste	Av. Brasil, nº 3068 - Princesa Isabel.	7
18	18ª Zona Eleitoral – Alvorada do Oeste	Rua Monteiro Lobato, nº 4283, Centro.	06
19	19ª Zona Eleitoral – Santa Luzia do Oeste	Rua D. Pedro I, nº 2349 - Centro.	07
20	32ª Zona Eleitoral – Machadinho do Oeste	Av. Rio de Janeiro, nº 3134 - Centro.	02
21	34ª Zona Eleitoral – Buritis	Avenida Porto Velho, nº 1454 - Centro.	04
22	35ª Zona Eleitoral – São Miguel do Guaporé	Avenida Cacoal, nº 965 - Cristo Rei.	07

2.2.1 – Poderá haver alteração na quantidade de doses por localidade, à critério da administração.

2.3. O processo de vacinação compreenderá:

2.3.1. Período da Campanha de Vacinação - realizada nos prédios da Justiça Eleitoral de Rondônia. O Cronograma será apresentado pela empresa vencedora do certame no prazo de 02 dias úteis após o recebimento da Nota de empenho e será submetido à aprovação ou rejeição do gestor do contrato.

2.3.2. A aplicação será responsabilidade da Contratada, a ser realizada por equipe previamente designada para este fim e aprovada pelo gestor do contrato.

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1. Da necessidade:

Essa campanha, preventiva, vem ao encontro com normas do CNJ para minimizar o impacto do absenteísmo por motivo de doenças, conforme preconiza a Resolução 207/2015-CNJ.

Considerando que a gripe e suas consequências (amigdalite, laringite, sinusite, bronquites e até pneumonias) é uma das doenças virais responsável pelo maior número de absenteísmo motivado por doença e anualmente, o Ministério da Saúde realiza campanhas vacinais com o objetivo de prevenir a gripe; disponibilizando doses de vacinas, apenas para grupos de risco.

A exemplo dos exercícios anteriores, este regional identifica na cobertura vacinal contra a Influenza uma boa medida para redução do absenteísmo e, mais recentemente, como medida de facilitação do diagnóstico de outras viroses, cujos sintomas se assemelham ao da gripe, mas que contam com agente contaminante diverso, a exemplo do SARS2 COVID-19.

Trata-se, portanto de uma medida de caráter preventivo cujo resultado oferece maior segurança aos públicos envolvidos, com baixo custo de investimento. Desta forma, a aquisição da vacina antigripal para administração aos servidores e demais colaboradores do TRE-RO tem por justificativa, em primeiro lugar, prevenir a doença e, consequentemente, reduzir sua taxa de comorbidade e por consequência os índices de absenteísmo.

3.2. Da quantidade:

Foi realizada pesquisa de intenção de vacinação contra gripe no período de 01/02/2022 a 28/02/2022 e obtivemos 312 respostas que após verificação, exclusão de respostas repetidas e solicitação fora das regras estabelecidas, obtivemos um total de 575 solicitações de doses para o público alvo indicado. Considerando a possibilidade de haver servidores ausentes ou que por algum motivo não puderam expressar seu interesse por doses acrescentamos 2% do quantitativo total de interessados, chegando-se ao total de 586 doses estimadas.

3.3. Do planejamento estratégico

Com relação ao planejamento e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, este Termo de Referência detalha a aquisição de forma objetiva e leva em consideração as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário.

Além disso, os serviços pretendidos vão de encontro aos OBJETIVOS ESTRATÉGICOS traçados no PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO deste órgão, a saber:

- Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas.

Em atendimentos ao art. 2º da IN nº 004/2008-TRE-RO, este instrumento foi elaborado em conformidade com os seus princípios basilares, quais sejam: planejamento e objetividade.

3.4. Dos critérios de sustentabilidade ambiental:

3.4.1. De acordo com o artigo 1º da Resolução CNJ n. 201/2015, os órgãos do Poder Judiciário devem criar unidades ou núcleos socioambientais. Neste Tribunal, o referido núcleo foi instituído através da Portaria n. 246/2020, de 08/10/2020.

3.4.2. O artigo 6º, IV, da mesma norma, determina que essas unidades ou núcleos devem fomentar as ações que estimulem a promoção de contratações sustentáveis. Dentro dessa linha, o artigo 17 da Resolução estabelece que as contratações efetuadas pelos órgãos deverão observar:

I – critérios de sustentabilidade na aquisição de bens, tais como:

- a) rastreabilidade e origem dos insumos de madeira como itens de papelaria e mobiliário, a partir de fontes de manejo sustentável;
- b) eficiência energética e nível de emissão de poluentes de máquinas e aparelhos consumidores de energia, veículos e prédios públicos;
- c) eficácia e segurança dos produtos usados na limpeza e conservação de ambientes;

d) gêneros alimentícios.

II - práticas de sustentabilidade na execução dos serviços;

III – critérios e práticas de sustentabilidade no projeto e execução de obras e serviços de engenharia, em consonância com a Resolução CNJ 114/2010;

IV – emprego da logística reversa na destinação final de suprimentos de impressão, pilhas e baterias, pneus, lâmpadas, óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens, bem como produtos eletroeletrônicos e seus componentes, de acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, observadas as limitações de cada município.

3.4.3. No entanto, a referida Resolução não estabeleceu critérios objetivos que possam ser utilizados na mensuração da sustentabilidade exigida, o que nos leva a presumir que tais critérios de mensuração deverão ser apresentados pelas unidades ou núcleos socioambientais. Trata-se, a nosso ver, de árdua e demorada tarefa, pois as exigências devem ser mensuradas individualmente por serviço ou bem, levando em consideração as peculiaridades de cada item a ser adquirido e o órgão fiscalizador de cada produto, o que requer grande fonte de pesquisa. Assim, enquanto não se houver estabelecido esses critérios objetivos de mensuração, não há possibilidade de se exigir, quer nos editais ou mesmo nos instrumentos contratuais o cumprimento dessas obrigações ligadas à sustentabilidade ambiental. Ademais, verifica-se que o objeto pretendido não se enquadra nas hipóteses listadas no retrocitado artigo 17 da Resolução CNJ n. 201/2015."

4. DA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA APLICÁVEL

O presente objeto da contratação possui normas específicas quanto a sua produção, distribuição, aplicação e demais exigências aos fornecedores, os quais deverão ser observados no momento da contratação e gestão do contrato:

- RESOLUÇÃO RE Nº 3.903, DE 14 DE OUTUBRO DE 2021
- Resolução RDC ANVISA nº 151/2017;
- Portaria Conjunta ANVISA/FUNASA nº 01, de 02 de agosto de 2000.

5. DA HABILITAÇÃO

5.1 – Regularidade Fiscal:

a) Certidão do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, obtida no site do CNJ;

b) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (Certidão única abrangendo a regularidade das Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros) ou Certidão Positiva de Débito Com Efeitos de Negativa - CPD-EN

c) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço- FGTS, mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS;

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

5.2 – Habilitação técnica:

A licitante deverá apresentar os seguintes documentos comprobatórios quanto à habilitação técnica:



- a. Declaração de que segue todas as exigências contidas na Portaria Conjunta Anvisa/Funasa nº 01/2000;
- b. Licenciamento emitido pelo órgão competente de vigilância sanitária, que comprove liberação específica para atuar no ramo de fornecimento, com a devida liberação para aplicação de vacinas fora do endereço constante da licença sanitária, nos termos dos Artigos 3º e 5º, §2º da Portaria Conjunta Anvisa/Funasa nº 01/2000, para empresa que fornecer e praticar o ato vacinal, ou vier subcontratar o ato vacinal;
- d. Termo de compromisso da empresa no qual se comprometa a exigir da subcontratada todos os documentos exigidos na Portaria Conjunta Anvisa/Funasa n. 01/2000.
- f. Atestado (s) de capacidade técnica em nome da licitante, fornecido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado, que comprove (m) o fornecimento e aplicação de pelo menos 293 (duzentos e noventa e três) doses de vacina (50% da quantidade estimada para contratação).

Os documentos exigidos decorrem de legislação específica.

6. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA E DA FORMA DE ADJUDICAÇÃO

6.1 Na elaboração da proposta deverão estar inclusos todos os custos diretos e indiretos inerentes aos procedimentos de fornecimento dos materiais e sua obrigação acessória (aplicação), inclusive quanto aos custos de armazenamento, transporte, descarte correto dos insumos e disponibilização de profissional (s) habilitado (s) para execução do ato vacinal.

6.2 Sagra-se a vencedora do certame a licitante que ofertar o menor valor por lote para o fornecimento e aplicação das doses.

6.3 O valor estimado neste Termo de Referência deverá ser o parâmetro estimado de preço aceito na proposta de cada licitante. Desta forma, caso sejam apresentadas propostas acima dos preços unitários estimados pela Administração, caberá ao pregoeiro o julgamento de aceitabilidade das propostas.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1 O serviço de aplicação das vacinas poderá ser subcontratado, desde que a (s) empresa (s) subcontratada (s) atenda (m) às exigências constantes no item 5.2 (habilitação técnica) deste instrumento. As responsabilidades de todas as obrigações assumidas são inteiramente da empresa contratada.

7.2 Em caso de subcontratação, a empresa contratada deverá apresentar os documentos da empresa subcontratada que executará o ato vacinal, de acordo com o item 5.2, no prazo máximo de 48h após o recebimento da NE.

8. DO VALOR ESTIMADO

8.1. Nos termos do art. 15, §2º, do Decreto 10.024/19, o valor estimado do certame será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

8.2 Quantidade mínima a ser contratada: 400

Justificativa: Por mais que a estimativa do quantitativo seja apurada com critérios indicados no item 3.2, diversos fatores podem produzir variação no número final. O exemplo mais comum, como se tem visto em anos anteriores, é o beneficiário ter acesso à vacina antes da campanha do TRE de Rondônia.

Ocorre que esse é um produto que tem grande oscilação de preços no mercado em função de fatores de difícil previsão. Assim, a aquisição certa de uma quantidade mínima produz também a certeza do fornecimento, tornando o certame mais atrativo e atraindo mais licitantes potenciais.

8.3. O valor unitário é composto do valor da vacina e dos custos de aplicação, deslocamentos e viagens a serem feitas pela empresa vencedora do certame.

8.4. Os preços por dose de vacina devem incluir todas as despesas acessórias, com conservação, seringa e aplicação na capital e no interior do estado, não acarretando acréscimos ao valor da proposta.

9. DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

As despesas decorrentes do presente Termo de Referência correrão com recursos do Orçamento Anual de 2022 (Ordinário) deste Tribunal, cuja fonte de recurso, programação orçamentária e natureza de despesa são:

CATEGORIA:	Manutenção Geral (Orçamento Ordinário)
AGREGADOR:	Assistência Médica e Odontológica
DESPESA AGREGADA:	Material de Consumo Médico e Odontológico
PLANO INTERNO:	ADM MATMOD

10. DO CONTRATO

10.1 O Contrato, no caso da presente aquisição será substituído pela Nota de Empenho de Despesa, na forma do art. 62, “caput” e § 4º. Da Lei 8.666/93. Trata-se a presente aquisição de fornecimento com a obrigação acessória de aplicação da vacina nos beneficiários pelo Serviço de Assistência Médica e Social do TRE-RO, e colaboradores.

10.2 O prazo para aplicação das vacinas não poderá ser superior de 30 (trinta) dias corridos, a contar da aprovação do cronograma, pelo gestor do contrato.

10.3 Após o recebimento da Nota de Empenho, a contratada terá 2 (dois) dias úteis para apresentar ao gestor do contrato:

a) Cronograma de aplicação nas unidades descritas no item 2.2, contemplando pelo menos **1 hora útil** em cada localidade no interior do Estado e **24 horas na Capital**, o qual deverá ser analisado e aprovado pelo gestor do contrato.

I. Este cronograma será analisado pela Gestão do Contrato em 1 (um) dia útil. Em caso de rejeição, a contratada terá 1 (um) dia útil para as adequações necessárias.

II. Preferencialmente, serão observados os horários de 8h às 12 horas e 14h às 18 horas, podendo esse horário ser alterado, desde que com anuência de um representante da Seção de Assistência Médica Social (SAMES), após serem ouvidas as unidades beneficiárias.

III. Nos casos em que todos os beneficiários da localidade tenham sido devidamente vacinados, não será necessário aguardar o cumprimento do horário determinado.

b) Dados técnicos das doses a serem aplicadas.

10.4 A SAMES disponibilizará à contratada, juntamente com a Nota de Empenho, listagem contendo o nome dos beneficiários, por localidade. Esta deverá ser devolvida ao gestor, devidamente preenchida



com os dados das doses aplicadas, assinatura do vacinador e dos beneficiários vacinados, juntamente com a Nota Fiscal para pagamento, e servirá como prova da efetiva realização do objeto do presente Termo de Referência,

10.5 Além das disposições previstas no respectivo Edital de Pregão, aplicam-se à relação contratual o disposto na Lei 8.666/93 e suas alterações subsequentes, no Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e a Instrução Normativa TRE-RO n. 004/08 e, supletivamente, a Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e as regras do Código Civil Brasileiro.

10.6 Como condição para a contratação, a adjudicatária deverá estar regular junto ao SICAF e/ou apresentar comprovante de regularidade perante a Fazenda Federal e/ou a Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), ao CNJ, bem como apresentar Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

10.7 Se a adjudicatária se recusar a receber a Nota de Empenho injustificadamente, ou se não apresentar situação regular no ato do recebimento, garantida prévia e ampla defesa, sujeitar-se-á à aplicação de advertência e de multa de até 10% sobre o valor adjudicado, podendo ainda ser caracterizado o descumprimento total da obrigação, conforme art. 81 da Lei n. 8.666/93, e sujeitos as sanções legalmente estabelecidas nesse instrumento.

11. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

11.1 A Administração se obriga a:

- a) Apresentar lista de beneficiados por localidade juntamente com a Nota de Empenho;
- b) Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste instrumento;
- c) Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA para a fiel execução do avençado;
- d) Atestar a conformidade da aplicação das vacinas;
- e) Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição das vacinas em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- f) Disponibilizar local para realização de aplicação da vacina, na capital;
- g) Propiciar acesso do pessoal responsável pela aplicação da vacina às dependências do TRE-RO e cartórios, no interior do estado;
- h) Fazer a divulgação da vacinação com informações de local, data e horário de sua realização;
- i) Promover o acompanhamento e a fiscalização, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte dessa;
- j) Efetuar o recebimento definitivo até 05 (cinco) dias úteis após o término da execução do cronograma, condicionado à apresentação da lista de beneficiário vacinados, com as devidas assinaturas e informações sobre as doses aplicadas, juntamente com Nota Fiscal.
- k) Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, preço e prazo estabelecido neste instrumento.

11.2 A Contratada se obriga a:

- a) Manter, durante todo período de execução, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar ao TRE-RO a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;
- b) Realizar o fornecimento do material e realizar as aplicações (ato vacinal), conforme cronograma por ela elaborado e aprovado pelo gestor do contrato, observando o prazo de execução, a quantidade de aplicações, especificações técnicas das doses e as localidades (capital e interior);
- c) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da solicitação do gestor do contrato, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- d) Responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do Contrato, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de o CONTRATANTE proceder ou não à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;
- e) Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências do TRE-RO;
- f) Responsabilizar-se pelo transporte, acondicionamento e aplicação das vacinas;
- g) Manter as vacinas em temperatura segura durante o transporte e acondicionamento que antecede a aplicação;
- h) Realizar o descarte seguro de agulhas, seringas e demais produtos utilizados nas atividades de vacinação, de acordo com as normas específicas;
- i) Dispor de meios para armazenamento e transporte adequado das vacinas, garantindo a sua perfeita conservação, conforme as normas técnicas emitidas pela Fundação Nacional de Saúde/FUNASA e as especificações do fabricante;
- j) Dispor de equipamento para controle de temperatura, conforme padrões estabelecidos pela Fundação Nacional de Saúde/FUNASA;
- k) Dispor de pessoal habilitado, com diploma de curso técnico de enfermagem, para desenvolver as atividades de vacinação, conforme as normas técnicas da Fundação Nacional de Saúde/FUNASA;
- l) Utilizar somente vacinas registradas no Ministério da Saúde;
- m) Estar habilitada a realizar as atividades de vacinação, obedecendo às normas técnicas da Fundação Nacional de Saúde/FUNASA;
- n) Apresentar, em até 48 horas antes do início da vacinação, relação nominal da equipe de profissionais treinados e que se encarregarão de executar os serviços de imunização com os respectivos comprovantes de registro nos Conselhos Profissionais, comprovando pertencer ao quadro da CONTRATADA responsável pela aplicação da vacina;
- o) Avaliar as condições de saúde do vacinando e, em caso de impedimento, não realizar a vacina, anotando a justificativa em relatório;
- p) Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, cabendo-lhe prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar reclamações formuladas;



- q) Arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução dos serviços objeto do Contrato;
- r) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, atendendo à conveniência e necessidades do Contratante, acréscimos ou supressões do objeto da contratação em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor definido contratado, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei 8.666/93, estando às supressões acima desse percentual condicionadas a acordo entre as partes, conforme inciso II do parágrafo 2º do mesmo diploma legal;
- s) Não contratar, na vigência da contratação, empregados ou admitir em seu quadro societário pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.
- t) A destinação das vacinas e seringas utilizadas deverá seguir o Regulamento Técnico para o Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde, estabelecido pela RESOLUÇÃO RDC Nº 306, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

12. PAGAMENTO À CONTRATADA

12.1 O pagamento será realizado de acordo com a quantidade de vacinas fornecidas e aplicadas, conforme listagem assinada pelos beneficiários a ser apresentada juntamente com a Nota Fiscal para pagamento, ficando a cargo do gestor e fiscal do contrato realizar essa apuração até o 5º (quinto) dia após a entrega da Nota Fiscal. O pagamento será realizado após a apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificada pelo fiscal do contrato, e precedida mediante ordem bancária ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até o 5º (quinto) dia útil contado da data em que a Nota Fiscal for atestada, sendo efetuadas as retenções legais.

12.2 O gestor fará uso da listagem de beneficiários imunizados para atestar a Nota Fiscal.

12.3 No ato do pagamento, a contratada deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal e/ ou a Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a Justiça do Trabalho e ao CNJ.

12.4 Nenhum pagamento será efetuado à futura contratada, enquanto pendente liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços, podendo os valores relativos a essas obrigações ser descontados de pagamentos devidos à futura contratada.

12.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)/365 \qquad I = (6/100)/365 \qquad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVA

13.1 A CONTRATADA será punida com o impedimento de licitar e contratar com a União e ser descredenciado no SICAF e no cadastro de fornecedores do CONTRATANTE, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e demais cominações legais, nos seguintes casos:

- a) apresentação de documentação falsa;
- b) retardamento da execução do objeto;
- c) falhar na execução do contrato;
- d) fraudar na execução do contrato;
- e) comportamento inidôneo;
- f) declaração falsa;
- g) fraude fiscal.

13.2 Para os fins da alínea “e”, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993. Para condutas descritas nos itens a, d, e, f e g será aplicada multa de até 20% do valor do contrato.

13.3 Para os fins dos itens b e c, será aplicada multa nas seguintes condições:

- a) 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da Nota de Empenho por dia de atraso na entrega, até o máximo de 5% (cinco por cento), o que poderá configurar a inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- b) até o máximo de 10% (dez por cento) do valor do empenho no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;
- c) 20% (vinte por cento) do valor do empenho no caso de inexecução total da obrigação assumida.

13.4 Além dessas, serão aplicadas multas, conforme as infrações cometidas e o grau respectivo, indicados nas **tabelas 1 e 2** a seguir:

Tabela 1:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	2% DO VALOR TOTAL CONTRATADO
2	4% DO VALOR TOTAL CONTRATADO
3	6% DO VALOR TOTAL CONTRATADO
4	8% DO VALOR TOTAL CONTRATADO

Tabela 2:

INFRAÇÃO	GRAU
Suspender ou interromper, por dia e por unidade de atendimento, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, a entrega de vacinas. Por evento.	4
Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais. Por evento.	4
Não manter as condições necessárias para conservação das doses em razão da não observância das alíneas “g”, “i” e “j” das obrigações da Contratada.	4
Contratar o serviço de aplicação das vacinas, de maneira que o ato vacinal não seja realizado por profissionais legalmente habilitados. Por evento.	4
Deixar de:	



Efetuar a troca dos produtos que não atenderem às especificações do objeto, no prazo de 24 horas, contados do recebimento da solicitação. Por produto.	4
Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens do TRE-RO, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante fornecimento do material. Por evento.	3
Manter, durante o período de contratação, o atendimento das condições de habilitação exigidas no Edital. Por infração.	2
Respeitar as normas e procedimentos de controles internos, inclusive de acesso às dependências do TRE-RO. Por infração.	3
Comunicar à Administração do TRE-RO qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados. Por evento.	1
Apresentar documentações exigidas na alínea “n” das obrigações da Contratada. (por dia de atraso).	2

13.5 Quanto ao descumprimento de determinação do fiscal ou do gestor do contrato para cumprimento de obrigação estipulada neste instrumento, em especial quanto à manutenção de compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, tais como regularidade perante o SICAF, à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça:

- a) primeiro atraso injustificado de 01(um) dia útil no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa de 1% (um por cento), aplicada sobre o valor da Nota de Empenho da Despesa, se esta já houver sido emitida;
- b) segundo atraso injustificado de 01(um) dia útil no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa de 2% (dois por cento), aplicada sobre o valor da Nota de Empenho da Despesa, se esta já houver sido emitida;
- c) terceiro atraso injustificado de 01(um) dia útil no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa de 3% (três por cento), aplicada sobre o valor da Nota de Empenho da Despesa, se esta já houver sido emitida;
- d) quarto atraso injustificado de até 01 (um) dia útil ou primeiro atraso injustificado superior a 01 (um) dia útil poderá caracterizar como inexecução contratual;

13.6 As sanções aqui previstas podem ser cumuladas com as demais previstas na legislação correlata e outras previstas no Edital.

13.7 Se a adjudicatária ou contratada não recolher o valor da multa, eventualmente imposta, dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, o mesmo será automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela SELIC, com fundamento no art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU 1.603/2011. Caso a mesma não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na Dívida Ativa da União.

13.8 As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração contratante.

13.9 Os procedimentos a serem adotados em cada penalidade estão descritos no Capítulo VI – Das Sanções Administrativas da Instrução Normativa nº 004/2008-TRE-RO.

14. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

14.1 A Gestão do contrato será realizada pelo Coordenador da COEDE Ronaldo Pontes Moura, ou por

quem suas vezes fizer, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008

14.2 A fiscalização do contrato será realizada pelo Chefe da SAMES, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008

14.3 A atuação ou a eventual omissão da fiscalização durante a realização dos trabalhos, não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços.

14.4 A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações ou registros no Relatório de Serviços.

14.5 Os procedimentos adotados são os previstos neste Termo de Referência, na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008 e na legislação em vigor.

14.6 O início da prestação dos serviços deverá ocorrer em data previamente acordada entre a CONTRATADA e a unidade responsável pela gestão e fiscalização do contrato, nos termos do cronograma apresentado pela contratada e aprovado pela unidade gestora, não podendo a prestação ultrapassar o limite de 30 dias contados do recebimento da Nota de Empenho.



Documento assinado eletronicamente por **Tiago Silva de Oliveira, Analista Judiciário**, em 23/03/2022, às 17:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0805481** e o código CRC **85A6F8A9**.

0000178-18.2022.6.22.8000

0805481v2

Criado por 014142352305, versão 2 por 014142352305 em 23/03/2022 17:12:33.